

A PRÁTICA DO PLÁGIO NAS ATIVIDADES ESCOLARES: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE PRACTICE OF PLAGIARISM IN SCHOOL ACTIVITIES: A NECESSARY DIALOGUE BETWEEN UNIVERSITIES AND BASIC EDUCATION SCHOOLS

Christiane Miranda Buthers de Almeida¹, Adenilson Antônio de Paula Rosalia², Arthur Schitine Ferreira Rodriegues³, Ígor Braga Ferreira⁴

RESUMO: O objetivo deste artigo foi discutir a respeito da reprodução não autorizada de obras e afins, denominada de plágio, expondo a problemática encontrada quando esse tipo de ação é praticado por alunos nos contextos do ensino básico (do fundamental ao médio) e do ensino superior. Discorre-se a respeito das motivações, bem como de quais são as consequências que podem advir desse tipo de prática. Outro objetivo deste artigo foi apresentar um projeto de extensão desenvolvido com turmas de ensino médio de escolas da rede pública no entorno da região de Carangola/MG. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho englobou a apresentação do tema sob a ótica de variados estudiosos, bem como a exposição do passo a passo seguido no desenvolvimento do projeto de extensão, com a utilização de atividades que colocam o aluno como sujeito da construção do seu conhecimento. Os resultados apontaram ser cada vez mais necessário o estudo e a aplicação de práticas de leitura e de pesquisa nas salas de aula da educação básica para que o problema seja, gradativamente, minimizado e não chegue até o ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Plágio. Papel escolar. Leitura. Estratégias de ensino.

ABSTRACT: This article aimed to discuss the unauthorized reproduction of works and the like, known as plagiarism, and to expose the problems encountered when this type of action is practiced by students in the contexts of basic education (from primary to secondary) and higher education. The motivations are discussed, as well as the consequences that can arise from this type of practice. Another aim of this article was to present an extension project developed with secondary school classes in public schools in the Carangola/MG region. The methodology used to develop this work included a presentation of the subject from the point of view of various scholars, as well as a step-by-step presentation of the development of the extension project, using activities that place the student as the subject of the construction of their knowledge. The results showed that it is increasingly necessary to study and apply reading and research practices in primary school classrooms so that the problem is gradually minimized and does not reach higher education.

KEYWORDS: Plagiarism. School role. Reading. Teaching strategies.

Revista Práticas em Extensão, volume 8, número 1, 2024

DOI: <https://doi.org/10.18817/rpe.v8i1.3464>

Editora-chefe: Camila Pinheiro Nobre

Artigo recebido: 17/10/2023

Artigo Aceito: 27/06/2024

Artigo Publicado: 30/07/2024

1 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Carangola (MG). Professora do curso de Letras. Departamento de Educação, Linguística e Letras. E-mail: christiane.almeida@uemg.br.

2 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Carangola (MG). Graduando do curso de Letras. Departamento de Educação, Linguística e Letras. E-mail: adenilson.1294174@discente.uemg.br.

3 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Carangola (MG). Graduando do curso de Letras. Departamento de Educação, Linguística e Letras. E-mail: arthur.1293667@discente.uemg.br.

4 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Carangola (MG). Graduando do curso de Letras. Departamento de Educação, Linguística e Letras. E-mail: igor.1293750@discente.uemg.br.

1 INTRODUÇÃO

A reprodução não autorizada de obras e afins, conhecida como “plágio”, numa perspectiva histórica (cf. Satur; Dias; Silva; 2020), associa-se à prática de ladrões de escravos de séculos passados. Esse ponto de vista fomenta o espectro de roubo, em sua essência, caracterizando, então, a prática de tomar para si a produção intelectual alheia.

O ato de plagiar tem se tornado cada vez mais recorrente na prática dos alunos na esfera escolar, estando arraigado nas mais diversas áreas do conhecimento, em níveis variados de ensino. Nos ensinamentos fundamental e médio, nas disciplinas diversas daquelas da linguagem – como História, Geografia, Ciências em geral, etc. –, é requerido dos alunos atividades de pesquisa, nas quais eles deverão desenvolver a capacidade não apenas de ler em fontes diversas sobre um tema específico, como também de sintetizar e, de forma autoral, produzir o resultado de sua investigação.

Infelizmente, este trabalho acaba sendo feito de forma totalmente equivocada. Não existe uma preocupação por parte dos docentes, e também dos discentes, talvez até por desconhecimento de alguns, em se “produzir um texto” a partir das leituras realizadas para a pesquisa. Os alunos “copiam e colam” muitas vezes diretamente da internet, sem, sequer, fazer uma seleção de quais são as melhores fontes encontradas por meio das ferramentas de busca. Comentando sobre o processo de leitura na educação básica, Silva (2008, p. 363) argumenta que, “na escola, a leitura sempre figurou como tarefa obrigatória, mecânica, que estimulava o aluno à cópia de textos dos livros (reprodução não autorizada, apropriação indevida, plágio)”. Visto isso, sua prática ainda é contínua em muitas escolas na atualidade.

No âmbito acadêmico, os alunos são cobrados a produzir textos nos mais variados gêneros. Tais atividades demandam, já no início do curso, a prática de leitura, de síntese, de análise dos textos científicos apresentados como base de estudo. Atividades que demandam a pesquisa e a produção de textos, como ensaios, artigos, monografias, etc., apresentam o plágio cometido por alunos, de forma consciente ou não. Conforme relatam Ramos e Moraes (2021), o plágio é atividade considerada comum nos cursos de Graduação e Pós-Graduação:

Mais de 28 por cento dos estudantes inquiridos admitem que já cometeram plágio nos seus cursos. Todavia, ainda que as diferenças não sejam significativas, é interessante notar que a incidência de plágio é distinta entre ciclos: cerca de 31 por cento nas licenciaturas, 28 por cento nos mestrados e, aproximadamente, 17 por cento nos doutoramentos (Ramos; Moraes; 2021, p. 9).

A prática do plágio, então, a partir do exposto, tem sido recorrente em variados níveis de ensino, explicitando a deficiência do seu conhecimento ou a falta de preocupação com o seu uso. Foi a partir dessa percepção que o projeto de extensão “A reprodução não autorizada de obras e afins: um diálogo necessário entre universidade e escolas da educação básica” foi pensado: levar o conhecimento do plágio às salas de aula da educação básica, minimizando o problema no ensino superior. A ideia se originou das discussões surgidas a partir da construção de um trabalho de Prática de Formação Docente (PFD) no curso de Letras da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – unidade Carangola, no qual se solicitou o estudo de variados artigos sobre a temática.

Em consonância com Satur, Dias e Silva (2020, p. 62), “plágio é o ato de apresentar como seu algo produzido por outra pessoa, normalmente já publicado ou defendido em outro local e para outra finalidade específica”. Em outras palavras, tudo aquilo que for co-

piado, ou mesmo parafraseado, sem a devida referência ao autor, é plágio.

O plágio pode assumir características diversas, variando desde a cópia integral do texto original (sem a devida referência) até as formas mais sofisticadas de “embaralhamento” e trocas de itens lexicais por outros com valores semânticos similares. Ramos e Moraes (2021, p. 3) assim descrevem as diversificadas formas de plágio:

i) plágio *verbatim* ou palavra por palavra, em que qualquer elemento de um autor (e.g. palavras, argumentos, ideias, figuras) é citado diretamente, mas não creditado; ii) plágio *patchwriting* ou mosaico, que deriva da reutilização de elementos de outros autores apenas com pequenas alterações e sem referir essas fontes; iii) autoplágio, ou seja, a apresentação, enquanto novo e original, de um trabalho já entregue em momento anterior ou partes extensas de trabalhos prévios sem adição significativa de novos materiais; e iv) compra de um trabalho ou sua apropriação – indevida ou autorizada –, mesmo que este não tenha sido publicado ou avaliado antes.

A partir do exposto, constata-se que o ato de plagiar pode ocorrer nas situações mais corriqueiras do universo educacional/acadêmico, talvez até mesmo por desconhecimento de sua natureza.

Importante ainda ressaltar que o plágio é considerado crime. Há em vigência a lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que assegura o direito autoral para o(a) produtor(a) de obra, seja ela escrita, cantada, visual, tecnológica, etc. E, para aqueles que descumprem essa lei, as consequências existem, podendo chegar de 3 (três) meses a 1 (um) ano de reclusão (Brasil, 1998); e, em casos de plágio no ambiente acadêmico, a sanção vai depender da posição que o plagiador ocupa: por exemplo, se for um estudante, poderá perder a matrícula na faculdade; se docente, corre o risco de perder o título que compete à sua formação.

Com a chegada dos recursos advindos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o plágio se tornou ainda mais acessível. A simples digitação de uma palavra-chave em *sites* de busca na internet já disponibiliza fontes variadas de acesso a informações que, se fossem utilizadas da forma adequada, trariam benefícios para a pesquisa em qualquer nível de ensino. No entanto, a prática mais comum entre os estudantes é a de cópias indiscriminadas de conteúdos, dispensando-se totalmente a menção aos produtores dessas informações.

Outro problema recorrente hoje em dia é o mercado de compra e venda de trabalhos prontos. Existem *sites* especializados em vendas de trabalhos, prática tentadora àqueles que não se encontram dispostos, por fatores diversos, a produzir seus próprios textos. De acordo com Oliveira (2016), essa prática também configura o plágio, que, neste caso, é “consentido” entre o vendedor do trabalho e o comprador. O caráter “fraudulento” dessa transação pode ser compreendido, uma vez que “o mesmo conteúdo pode ser apresentado em momentos distintos, com objetivos e autores diferentes, entretanto publicado como se fosse inédito” (Oliveira, 2016, p. 23).

Em relação ao uso dos recursos propiciados pelas TICs, no entanto, não se pode generalizar apenas como facilitadores da prática do plágio. Segundo Vicente, Corrêa e Sena (2017), nem todo mal advém da tecnologia. Em outras palavras, o ambiente digital é um ótimo lugar para aprender e para crescer intelectualmente. Há muita informação de qualidade disponível, inclusive, na internet. *Sites* seguros de pesquisa e de leitura *online* garantem o acesso às informações mais inovadoras da ciência, por exemplo.

A internet permitiu a comunicação instantânea em aplicativos e redes sociais por for-

mas diversas, como mensagens de textos, fotos e/ou videochamadas. Como relatam Vicente, Corrêa e Sena (2017), além de possibilitar maior interação, as redes sociais apontam novas práticas de comunicação e ampliam a visibilidade e o alcance das pesquisas realizadas e de sua disseminação para a comunidade específica e para a sociedade em geral. A necessidade mais imediata é a de que se criem elos entre o hábito de leitura/escrita e o uso consciente das potencialidades disponíveis na rede.

Alguns dos fatores que podem levar o indivíduo a cometer o plágio são, além do desinteresse motivado pelo uso indevido de “facilitadores” nas redes, a falta do hábito de leitura/escrita e a falta de informação.

A falta do hábito de leitura é, infelizmente, comum nos ensinos fundamental e médio, estendendo-se ao ensino superior, e pode acarretar problemas, como restrição de vocabulário, prejuízo na capacidade de escrita, limitação no desenvolvimento de capacidade crítica, entre outros. Essas deficiências podem ser consideradas como gatilhos para o cometimento do plágio, uma vez que o aluno se sente incapaz de criar e de organizar textos.

Existem outros motivadores da opção pela reprodução de obras, principalmente no âmbito do ensino superior:

Ameaças como reprovação, permanência por mais tempo fazendo determinado curso, ou até o risco de exclusão deste, assustam e colocam a postura ética e os interesses imediatos em rota de colisão. Serão necessárias escolhas. Muitos escolhem se manter íntegros e éticos e assumem a punição por seu não cumprimento de exigências mínimas. Já outros escolhem não assumir as consequências do descumprimento da produção no prazo e as vantagens decorrentes de entregar a tempo e na quantidade mínima, para isso acabam praticando o plágio (Satur; Dias; Silva, 2020, p. 62).

A leitura e a escrita se completam, como afirma Fernandes (2016, p. 29): “[...] ler e escrever são habilidades que precisam ser desenvolvidas como um processo heterogêneo e complementar. Lemos para escrever e escrevemos para ler [...]”. As habilidades pretendidas por meio do processo de leitura são diversas. No trabalho com a leitura nas escolas de educação básica, principalmente a partir do ensino médio, a principal habilidade focada pelos professores de linguagem recai sobre as competências necessárias para compreender e interpretar um texto, principalmente porque o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) apresenta questões das mais variadas áreas do conhecimento que solicitarão dos alunos essa capacidade. A competência 6 do ENEM prevê o seguinte: “Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação” (Brasil, 2020, local 3). Essa competência está intimamente ligada à categoria de interpretação de textos. Isso quer dizer que não interpretar bem o enunciado de uma questão neste tipo de exame ou não compreender as possibilidades de respostas, que invariavelmente parecem as mesmas, culmina em erro e em conseqüente nota baixa, impossibilitando/dificultando o ingresso em universidades públicas e/ou privadas.

O ato de escrever não se resume a colocar palavras no papel ou a pressionar teclas ao digitar; no contexto de produção intelectual, ele vai ainda mais além. Em consonância com Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018, p. 143): “a escrita é, então, um processo de contínua desconstrução e de deslocamentos, que exige atos fecundantes de leitura”. Intrínseco a esse processo, encontra-se a ideia de autoria, pois o que foi escrito possui os traços individuais de quem escreveu. Seja na escolha lexical, seja no aparato teórico utilizado, o autor expõe a si mesmo no que escreve, tornando-se parte de sua obra.

Das perspectivas éticas, morais e legais que envolvem a discussão da prática do plágio, uma questão importante a ser observada é a necessidade de conscientização, principalmente nos ambientes educativos, que viriam de direto encontro ao problema de “desconhecimento”, levantado por Satur, Dias e Silva (2020, p. 65):

Embora a prática do plágio seja um ato antiético e que deve ser combatido e punido, sabe-se que também, em alguns casos pontuais, ele é um caso de desconhecimento. Muitos alunos não sabem exatamente no que consiste o plágio. Muitos não são orientados corretamente sobre como fazer um trabalho utilizando a pesquisa elaborada por outros autores, sem cometer a infração. Inclusive, não está muito claro como se classifica e se fiscaliza a prática de plágio.

Dessa maneira, devem ser considerados os indivíduos que, sem instrução, têm quase que, por hábito, obter via internet, por exemplo, conteúdos para utilizar em seus trabalhos, sem a preocupação de indicar a referência, pensando se tratar de materiais de domínio público ou de ideias de senso comum. Essa justificativa, a de que há quem plagie por desconhecimento, fortalece a manutenção da prática do plágio e pode ser proveniente, dentre outros, da falta de alerta sobre a temática nos sistemas educacionais.

Diante dessa problemática, surgiu a motivação entre alunos de 5º período do curso Letras da UEMG para o desenvolvimento de um projeto de extensão em escolas da rede pública no entorno da cidade de Carangola/MG, com o apoio da rede social *Instagram*. O objetivo principal do trabalho foi apresentar um auxílio aos estudantes incluídos no perfil supracitado, oferecendo conhecimento sobre o plágio e abordando suas possíveis consequências nas esferas acadêmica e legal – desde problemas causados por utilizar ideias de outrem sem a devida citação, e, com isso, a perda de credibilidade; até as questões jurídicas e penais.

Na sequência, apresentamos o passo a passo da experiência realizada em escolas de educação básica da rede pública de ensino, selecionadas para o desenvolvimento do projeto.

2 METODOLOGIA

Motivados pela problemática comum do desconhecimento da prática do plágio nas escolas de educação básica e também no ensino superior, os alunos do 5º período do curso de Letras da UEMG – Unidade Carangola manifestaram o interesse em desenvolver um projeto de extensão.

2.1 Pensando o projeto

Antes de partir aos campos de atuação, os discentes retomaram, em grupos de estudo, a temática do plágio, a qual já havia sido trabalhada em atividade de PFD da disciplina “Prática de Gêneros Textuais”. Na sequência, os graduandos e a professora da disciplina, chamada para coordenar o projeto, reuniram-se para discutir sobre as finalidades gerais do trabalho e, a partir daí, houve a divisão de grupos para o desenvolvimento das ações.

Em datas previamente marcadas, os grupos se reuniram para definição de estratégias para o início das atividades. Num primeiro momento, a proposta foi a de realização

de encontros semanais (ou quinzenais, de acordo com a disponibilidade que se fez surgir nas escolas-campo) com o público-alvo direto, alunos do ensino médio de escolas da rede pública de Carangola/MG.

Todo o material necessário para a realização dos encontros foi montado e, semanalmente, ocorreu reunião com o professor orientador para o repasse das informações quanto ao andamento do planejamento das atividades.

Após toda a preparação, foi feito o contato com as instituições de ensino para a formalização do processo de implantação do plano de ações. Após as instituições confirmarem o interesse pela realização do projeto, foi feita uma reunião com a direção e com a equipe pedagógica dos campos atendidos para a apresentação oficial da proposta de trabalho.

2.2 Desenvolvendo o projeto

Já nas escolas-campo, confirmou-se o desconhecimento da prática do plágio entre os alunos, que, por diversas vezes, relataram não ter tido qualquer orientação para a realização dos trabalhos de pesquisa. E, na devolutiva dos trabalhos, seus respectivos docentes não repreenderam a prática da cópia de textos sem referência. Em meios convencionais, é imprescindível que artigos, livros, teses e tantas outras produções intelectuais carreguem consigo carga teórica oriunda de pesquisadores, o que agrega valor e, acima de tudo, torna a obra mais eloquente. No entanto, o que a experiência nas escolas mostrou foi o contrário: alguns alunos afirmaram que o simples fato de terem apresentado suas pesquisas com ideias fundamentadas – embora sem referência – resultou em uma boa nota no trabalho. A seguir, apresentamos seis estratégias utilizadas para o desenvolvimento do projeto:

Mapa mental - após essa experiência no contato com os alunos, a primeira estratégia pensada foi a aplicação de mapa mental¹, antes mesmo da explicação inicial do conceito de plágio. A ideia era se inteirar acerca do que os alunos sabiam sobre o assunto. Ao final, foi notado que alguns tiveram muita dificuldade para produzir o mapa; outros deixaram a folha em branco, inclusive.

Aula expositiva - De forma expositiva, foram apresentadas a definição de plágio e as várias formas em que ele acontece. Na sequência, ainda na perspectiva teórica, foram apresentadas as formas de citação – direta, indireta, citação de citação – segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o objetivo de começar a esclarecer o que, de fato, vem a ser um trabalho de pesquisa.

A partir desse momento, as atividades seguintes foram propostas com a utilização, o quanto possível, de metodologia ativa. Métodos ativos colocam o aluno como o construtor do seu próprio conhecimento, motivado por situações-problema, por exemplo. Segundo Moran (2018, p. 4), metodologias ativas são “estratégias centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida”.

Uso do Whatsapp - Além dos encontros presenciais, outro recurso que auxiliou na interação com os alunos foi o aplicativo de mensagens instantâneas, *WhatsApp*, através do qual todo o material teórico foi repassado nos grupos das turmas.

¹ Em citação a Tríboli (2004), Santos, Conceição e Mota (2020, p. 6) afirmam que “o mapa mental é uma estratégia didática que permite organizar ideias por meio de palavras-chave, agrupando por cores e imagens, apresentando uma estrutura ramificada que se irradia a partir de um conceito central, permitindo novas ramificações. Por serem figuras que conectam um conceito a outro próximo também pode ser denominado de memograma, pois os grafos ou desenhos de mapas mentais favorecem a expressão do educando diante do que foi aprendido”.

Os alunos demonstraram bastante interesse pelas atividades, que foram desenvolvidas de forma dialógica, descontraída e mais atrativa possível. Durante todos os encontros, eles traziam exemplos de plágio para a aula e debatiam entre eles, com orientação dos graduandos de Letras. Uma aluna citou, por exemplo, o plágio de NFTs². Nesse caso, especificamente, foi comentado sobre o questionamento do compositor Sebastião Braga sobre possível plágio de sua canção, “Loucuras de amor”, interpretada pelo cantor Roberto Carlos. O referido cantor perdeu a ação de plágio, sendo sentenciado a pagar indenização para o compositor, além de ter a música retirada do repertório. A aluna soube da história a partir de uma conversa com sua mãe. Os graduandos de Letras confirmaram a veracidade do caso por meio de pesquisa no site da *BBC (British Broadcasting Corporation) News Brasil*.

Outra situação que chamou à atenção foi a abordagem sobre o autoplágio, que surpreendeu os alunos e também os professores das turmas, os quais pediram orientação sobre como fazer citação de trabalhos de própria autoria sem comprometer a legalidade. Com exemplos práticos, a orientação foi repassada, aproveitando-se o momento para expor também sobre a importância da discussão teórica nos textos científicos; ou seja, foi demonstrado, por intermédio de exemplos, como que o debate entre os autores e/ou entre textos de um mesmo autor em momentos diferentes enriquece a pesquisa científica.

PBL (Problem Based Learning) - Em outros encontros, foi utilizada a metodologia ativa denominada de PBL (*Problem Based Learning*), em que o aprendizado é construído durante a análise de um caso específico, com a busca de solução para problema(s) apresentado(s) (cf. Berbel, 1998). Em um desses momentos, foi apresentada aos alunos uma reportagem retirada do site de notícias *G1*. Tal reportagem anunciava o suposto caso do plágio da dissertação de Mestrado (2008) do então Ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli da Silva, denunciada por conter vários trechos copiados de trabalhos acadêmicos em que a autoria não se apresentava de forma clara. De acordo com a reportagem, o professor e doutor de economia Thomas Conti descreveu a análise que fez da dissertação, apontando que encontrou no referido trabalho vários trechos literalmente copiados de outros autores, publicados antes, sem o devido crédito.

O uso dessa reportagem nas aulas possibilitou criar uma situação de problematização, com a demonstração aos alunos de um caso concreto de plágio. A metodologia permitiu aos discentes criarem suas próprias ideias sobre a motivação para o problema, das variáveis encontradas nessa prática, da(s) consequência(s) para quem a cometeu e de como isso poderia ter sido evitada.

Debate regrado - Outra metodologia utilizada foi a realização de um debate regrado. De acordo com Barbosa, Marinho e Carvalho (2020, p. 22), “o debate potencializa a capacidade de reflexão e de construção da argumentação embasada sobre temáticas críticas”. Para essa atividade, os alunos receberam previamente o material teórico básico pelo *Whatsapp*. Esse material deveria ser utilizado para leitura, como forma de preparação de questões e de seleção de argumentos para o debate regrado, que foi orientado por um dos graduandos de Letras. Os alunos trouxeram para o debate perguntas e curiosidades, que apresentavam ao grupo oponente para discussão. Os grupos tinham tempo determinado para resposta, em seguida para réplica e, por fim, para tréplica. Ao final, o orientador escolheu o grupo que apresentou as perguntas e/ou os argumentos mais fundamentados para as questões. A dinâmica surpreendeu as expectativas dos graduandos de Letras, pois

2 NFTs – traduzidos como “tokens não fungíveis”, trata-se de “representação de um item exclusivo, que pode ser digital – como uma arte gráfica feita no computador – ou física, a exemplo de um quadro. Além de obras de artes, músicas, itens de jogos, momentos únicos no esporte e memes podem ser transformados em um”. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/nft-token-nao-fungivel/>. Acesso em: 04 maio 2023.

os alunos se empenharam na elaboração das perguntas, com citações a autores e a tópicos da lei do direito autoral.

Júri Simulado - Ainda se valendo do material teórico enviado aos grupos de alunos, estes se prepararam para a realização de um Júri Simulado como uma das etapas finais do projeto nas escolas. Segundo Anastasiou e Alves (2012, p. 99 *apud* Veiga; Fonseca, 2018, p. 163):

A estratégia de um júri simulado leva em consideração a possibilidade da realização de inúmeras operações de pensamento, como: defesa de ideias, argumentação, julgamento, tomada de decisão etc. Sua preparação é de intensa mobilização, pois, além de ativar a busca do conteúdo em si, [...] oportunizam um envolvimento de todos para além da sala de aula. [...] Essa estratégia envolve todos os momentos de construção do conhecimento, da mobilização à síntese, pela sua característica de possibilitar o envolvimento de um número elevado de estudantes.

Após receberem a explicação de como se forma um júri, os alunos tiveram o tempo de preparação de uma semana para estudarem mais sobre o plágio, para posterior análise e julgamento de caso fictício apresentado pelos graduandos de Letras.

Além da aula de explicação da metodologia e da semana de preparação para a atividade, foram utilizadas duas aulas em cada turma para a realização do Júri Simulado propriamente dito. A primeira aula consistiu da organização da turma e da divisão de grupos para defesa, para acusação e para júri, ficando os cargos de juiz e de promotor para os graduandos de Letras.

O ambiente do caso fictício apresentado para a formação do Júri Simulado foi pensado de tal maneira que qualquer um dos alunos poderia nele se reconhecer, pois reflete a situação de aplicação de trabalhos e de atividades por professores em salas de aula comuns. O caso hipotético foi assim apresentado:

“A professora de Português do 1º ano do ensino médio solicitou uma pesquisa em fontes confiáveis sobre a temática da variação linguística. A pesquisa deveria ser apresentada com extensão entre 15 e 20 linhas, de acordo com os seguintes moldes estruturais da ABNT: folha A4; margens esquerda e cabeçalho com 3 cm, direita e rodapé com 2 cm; fonte Arial; tamanho 12. A professora destacou que os trabalhos com cópia das fontes na íntegra ou parcial, sem a devida referência, seriam anulados. Os alunos entregaram os trabalhos e, durante a correção, a professora notou que tanto o vocabulário quanto conceitos apresentados estavam muito aprofundados para alunos no nível do ensino médio. A partir dessa desconfiança, ela se valeu de aplicativos de identificação de plágio, sendo constatado que 90% dos trabalhos de dois alunos haviam sido copiados de um trabalho científico, sem a devida referência autoral”.

A partir desse caso fictício, o grupo responsável pela defesa dos alunos, os quais não receberam as notas no trabalho, deveria ser montada, utilizando-se de todo material que achasse pertinente para argumentar que a nota não poderia ser zero, tendo em vista que eles entregaram a atividade no tempo solicitado. Assim também deveria acontecer no grupo de acusação, com a diferença de que os argumentos escolhidos seriam favoráveis à anulação do trabalho dos alunos. As funções do grupo de jurados, por sua vez, seriam a de observar e analisar os argumentos da defesa e da acusação, emitindo um parecer de 2 (dois) parágrafos com a decisão da maioria do grupo para ser entregue ao juiz para a construção do argumento final.

No decorrer do Júri, o grupo de defesa se baseou principalmente na argumentação sobre a entrega do trabalho na data solicitada e da não explicação prévia da professora acerca do conceito do plágio. Os alunos do grupo da acusação se basearam em tudo o que foi exposto sobre o plágio no decorrer do projeto, com argumentos bem fundamentados teoricamente, retirados de todo o material encaminhado pelo aplicativo *Whatsapp*, conforme já exposto anteriormente. Já o juiz, representado por um dos graduandos de Letras, agradeceu a audiência e o envolvimento de todos, destacando pontos positivos e negativos. Depois declarou que a turma da acusação tinha ganhado, segundo a avaliação dos jurados. O juiz destacou ainda que, mesmo que os alunos não tivessem conhecimento do plágio, existia uma mensagem de alerta sobre essa prática; e que, mesmo não tendo conhecimento sobre detalhes da norma, ninguém pode se desfazer dela, alegando sua inexistência. Afirmou que a lei pode até não estar tão clara; no entanto, se existe um conceito ético, no caso de não pegar para si o que não é seu, este precisa ser observado em todas as esferas cabíveis. Isso é o que afirma o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, em seu artigo 3º: “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece” (Brasil, 2010).

Ao final da atividade, os alunos se manifestaram, elogiando muito o método utilizado. Uma das alunas, por exemplo, assim se expressou:

Essa forma de apresentar a matéria é interessante; quando você explicou, não entendi como iríamos aprender... agora, ao final, eu sei o que você falou em outras aulas sobre o que é plágio... e entendi que “o cara lá” copiou textos de outro “cara”... é tipo colar na prova (Relato da aluna 01, 2022).

Em outro momento, outra aluna relatou que, em uma prova feita para tentar uma bolsa de um determinado colégio, havia algumas perguntas sobre o plágio; e que, caso ela tivesse tido essas aulas antes, talvez teria conseguido, pois nunca tinha ouvido falar sobre esse assunto.

Como estratégia final do projeto, foi aplicado outro mapa mental, com um resultado muito diferente do primeiro: nenhum aluno deixou a folha em branco, e a maioria conseguiu construir seu diagrama com as informações repassadas.

Ao longo do desenvolvimento do projeto nas escolas-campo, um grupo de graduandos de Letras ficou com a responsabilidade de realizar postagens na rede social *Instagram*. Pelo menos uma vez na semana, durante todo o processo, eram publicados *posts* com o conteúdo desenvolvido em atividades nas salas de aula. Essas postagens permitiram integrar o conhecimento construído com os alunos da educação básica com toda a comunidade interessada. Essa conta foi criada em 04 de julho de 2022, com o seguinte nome: “Copia não, comédia!”

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho trouxe resultados positivos para todos os que estavam nele envolvidos – para professores do ensino básico de Carangola, já que alguns dos alunos agora já têm o conhecimento sobre como produzir uma pesquisa; aos alunos, pois adquiriam o conhecimento sobre o plágio e sobre as consequências de sua prática; e também aos graduandos do curso de Letras que participaram do projeto, o qual lhes permitiu mais uma experiência no processo de ensino-aprendizagem.

Desde o início do trabalho, mesmo antes do encontro com os alunos nas escolas-

-campo, tem-se enfatizado a importância da leitura/escrita como ferramenta essencial no combate a esse problema. É preciso que os professores invistam em atividades de leitura e de escrita em suas respectivas aulas, orientando os alunos na produção de pesquisas realizadas de maneira correta, com seleção de informações e a devida referência aos autores que foram utilizados como embasamento teórico.

Como observado e demonstrado no desenvolvimento deste artigo, em vários relatos dos alunos nas escolas de ensino básico, estes declararam não receber nenhuma instrução sobre a prática de cópias indiscriminadas de textos sem referência da internet ou de qualquer outra fonte; não receberam sequer uma repreensão por terem plagiado um trabalho.

Como dito, no ensino médio, o plágio muitas vezes é resultado da falta de orientação dos alunos sobre a importância de produzir trabalhos com base em suas próprias ideias e pesquisas. Muitos estudantes veem o plágio como uma forma rápida e fácil de concluir suas tarefas, sem a necessidade de esforço e reflexão. No entanto, esse comportamento acaba limitando o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade, habilidades essenciais para a formação integral do aluno.

Já no ensino superior, onde se espera um nível mais aprofundado de pesquisa e produção acadêmica, o plágio pode ter consequências ainda mais graves. Além de ser uma desonestidade intelectual, o plágio compromete a credibilidade do aluno e a qualidade da investigação científica promovida pela instituição de ensino. Afinal, a originalidade é um dos pilares da produção acadêmica e o plágio viola esse princípio fundamental.

Além disso, as instituições de ensino devem investir em mecanismos de apoio aos alunos, como oferecer cursos e tutoriais sobre como realizar pesquisas adequadas, citar corretamente as fontes e evitar o plágio. Ao fornecer as ferramentas e as orientações necessárias, as escolas e universidades ajudam os estudantes a desenvolverem uma postura ética e responsável em relação à produção acadêmica.

Outro ponto importante é incentivar a cultura da colaboração. Ao criar espaços onde os alunos possam compartilhar e discutir ideias, é possível promover a criação conjunta de conhecimento, reduzindo a tentação de copiar e aumentando a valorização da originalidade. Essa abordagem também contribui para a formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de contribuir de forma significativa para a sociedade.

Outra ação necessária é a adoção de medidas para combater a cópia indiscriminada de textos e afins, conscientizando os alunos inclusive sobre seus danos. Como exemplo, citamos a promoção de aulas e palestras sobre ética acadêmica, a utilização de *softwares* de detecção de plágio e a adoção de políticas de punição em casos comprovados de plágio. Essas ações são essenciais para promover uma cultura de honestidade intelectual e estimular a originalidade na produção discente.

Em suma, o plágio na produção discente do ensino médio e do ensino superior é um problema que precisa ser enfrentado e combatido. Além da dimensão ética, ele compromete a formação integral dos estudantes e a qualidade da produção acadêmica. Por isso, é fundamental que sejam adotadas medidas para conscientização, orientação e punição em relação ao plágio, a fim de promover uma cultura de honestidade intelectual e estimular a originalidade nas produções dos alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário atual, em que a facilidade de acesso à informação e a pressão por resultados muitas vezes são fatores que influenciam a conduta dos alunos, é imperativo que a comunidade educacional esteja atenta ao problema do plágio. Ao promover uma abordagem proativa, baseada na conscientização, orientação e criação de um ambiente propício à originalidade e à colaboração, as instituições de ensino têm a oportunidade de enfrentar esse desafio e formar indivíduos éticos e responsáveis.

É necessário enfatizar que o combate ao plágio não deve ser encarado apenas como uma questão de punição. É fundamental que os educadores assumam um papel de mentoria e ofereçam suporte aos alunos, ajudando-os a compreender a importância de uma vida acadêmica íntegra e a desenvolver habilidades de pesquisa e produção de texto. Dessa forma, estarão contribuindo para a formação dos estudantes como cidadãos mais conscientes e capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Por fim, cabe ressaltar que o combate ao plágio é um esforço coletivo, envolvendo não apenas os alunos e educadores, mas também os pais e responsáveis. É importante que eles sejam conscientizados sobre a importância de incentivar a ética acadêmica e de acompanhar de perto o desenvolvimento dos estudantes, ajudando-os a entender a importância da originalidade e a lidar com as pressões e desafios acadêmicos de maneira saudável e responsável.

Ao encarar o plágio como um problema que vai além da mera ação de copiar e colar, mas que envolve a formação de valores e habilidades essenciais para a vida em sociedade, estaremos dando passos importantes para a construção de uma educação mais justa, ética e qualificada. É um desafio que requer esforços contínuos, mas os benefícios para os alunos e para a sociedade como um todo fazem valer a pena cada iniciativa voltada ao combate do plágio na produção discente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. L. B.; MARINHO, D. M.; CARVALHO, L. S. C. O. Debate como metodologia de ensino para a aprendizagem crítica. Cap. 2. In: **Programa de Residência Pedagógica na Licenciatura em Informática: partilhando possibilidades**. 1036470. Editora Famen, 2020, p. 22-32.

BCC NEWS Brasil, (24 de agosto de 2014). **Dez célebres casos de plágio na música**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_dezplagios_ebc#:~:text=A%20a%C3%A7%C3%A3o%20do%20compositor%20Sebasti%C3%A3o%20Braga%2C%20que%20tinha,m%C3%BAfica%20foi%20retirada%20do%20cat%C3%AAllogo%20discogr%C3%AIfico%20do%20Rei. Acesso em: 10 abr. 2023.

BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.

BIANCHETTI, L.; ZUIN, A. A.S.; FERRAZ, O. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa e plágio nos tempos da cultura digital**. Salvador: Edufba, 2018.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. **Matriz de**

- referência do ENEM.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/outros-documentos>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- FERNANDES, E. M. F. Gêneros acadêmicos: práticas de interpretação e produção de textos. **REVELLI-Revista de Educação, Linguagem e Literatura**, v. 8, n. 3, p. 23-38, 2016.
- MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. M.. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- OLIVEIRA, J. G. B. T. de. **Autoria e plágio em trabalhos acadêmicos: políticas e ações de combate a contrafação no contexto universitário**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal/RN, 2016.
- Portal G1. **Após polêmica do doutorado, Decotelli é suspeito de plágio na tese de mestrado**. Jornal Nacional, 27 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/27/apos-polemica-do-doutorado-decotelli-e-suspeito-de-plagio-na-tese-de-mestrado.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- RAMOS, M.; MORAIS, C.. As várias faces do plágio entre estudantes do ensino superior: um estudo de caso. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021.
- SANTOS, C. R. S.; CONCEIÇÃO, A. R. da; MOTA, M. D. A. A utilização dos mapas mentais como instrumento avaliativo no ensino. In: CASTRO, P. A. de. (org.). **Avaliação: Processos e Políticas**. Campina Grande: Realize Eventos, 2020.
- SATUR, R. V.; DIAS, G. A.; SILVA, A. M.. Direito autoral, plágio e coautoria: questões acadêmicas e éticas. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**. vol. 14 n° 1 jan./mar. 2020, p. 57-87.
- SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 357-368, 2008.
- VEIGA, L. A.; FONSECA, L. R. O júri simulado como proposta didático-pedagógica para a formação inicial do professor de geografia na perspectiva da aprendizagem baseada em problemas (PBL). *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 1, p. 153-171, 2018.
- VICENTE, N. I.; CORRÊA, E. C. D.; SENA, T. **A divulgação científica em redes sociais na internet: proposta de metodologia de análise etnográfica**, 2017.